

O PERFIL DOS ALUNOS DO PROJOVEM URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE.

Gelson Yoshio Guibu¹
Selma Alves de Freitas Martin²

Resumo

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada pela parceria FCT – UNESP e Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente – SP, com os estudantes do PROJOVEM URBANO. A pesquisa procurou estabelecer o perfil destes estudantes principalmente em relação a temas diversos sobre sexualidade, tais como iniciação sexual e gravidez não-planejada, DST/Aids, abuso sexual e homofobia. Os resultados apontam para a necessidade de se proverem ações de prevenção, e, principalmente de se estabelecer um processo imediato de educação sexual na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, particularmente direcionado às populações mais pobres do município de Presidente Prudente.

Palavras-chave: sexualidade, gravidez não-planejada, homofobia.

Introdução

A presente pesquisa, realizada em parceria com o Departamento de Educação da FCT – UNESP, é uma das atividades que vem sendo desenvolvidas no Projeto “Educação Preventiva no PROJOVEM URBANO”, elaborado pelo SACE (Setor de Ações Complementares à Educação da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente – SP). O Projovem Urbano é um projeto do Governo Federal que visa reintegrar os jovens entre 18 e 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental, para a escola e para o mundo do trabalho, permitindo-lhes qualificação profissional e oportunidades de efetivo exercício da cidadania. Em Presidente Prudente, o Projovem Urbano teve início em 2009, e, por sua vez, o

¹. Prof. Ms. da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – UNESP.

². Prof. Ms. (Educadora em saúde pública), da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente – SP.

Projeto ao qual se integra esta pesquisa tem como objetivo básico sensibilizar professores e alunos a respeito das vulnerabilidades a que estes jovens estão expostos, buscando refletir, entre outros, sobre gravidez não-planejada, homofobia na escola, DST/Aids, e abuso sexual.

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo básico a elaboração do perfil dos estudantes do Projovem Urbano de Presidente Prudente – SP, em relação à temática da sexualidade. A elaboração deste perfil pode contribuir para que se possam elaborar diretrizes e planejar ações de educação continuada junto a professores e alunos do Projeto (e demais da rede municipal e estadual de ensino de Presidente Prudente – SP), de modo a propiciar discussões e reflexões que levem, entre outros, à melhoria de atitudes de prevenção à gravidez não-planejada, às DST/Aids e ao combate à homofobia na escola.

Metodologia

Inicialmente, a idéia era aplicar os questionários sobre “Sexualidade na Escola: Educação Preventiva no PROJOVEM URBANO” somente aos cerca de 400 alunos que freqüentaram as aulas no ano de 2009; no entanto, atendendo à solicitação da coordenadora local do Projovem, acrescentou-se também os alunos ingressantes em 2010 (aproximadamente 600 alunos), totalizando 1.000 alunos.

Entretanto, no período em que os questionários foram aplicados (entre 07 e 17 de junho de 2010), em todas as 36 salas das sete escolas municipais em que funciona o PROJOVEM URBANO de Presidente Prudente – SP, apenas se encontravam presentes 439³ estudantes, que solicitamente, responderam ao questionário (o qual preservou a identidade dos estudantes), que contém 39 questões principalmente de múltipla escolha.

³. No dia 20/07/2010, quando da apresentação de dados gerais e de análise preliminar da presente pesquisa para os profissionais da SEDUC (Secretaria da Educação) de Presidente Prudente e demais profissionais que participam do “Projeto Saúde e Prevenção na Escola – atitude pra curtir a vida”, a coordenadora local do ProJovem Urbano esclareceu que é alto o índice de evasão dos alunos, de modo que os 439 estudantes que responderam à esta pesquisa devem corresponder a aproximadamente 70 ou 80% da totalidade.

A tabulação dos dados foi realizada através do programa SPSS⁴, o que favoreceu o fornecimento de muitos dados gerais e específicos, além de diversos cruzamentos entre eles, permitindo diferentes possibilidades de análises e, assim, contribuindo para o enriquecimento das mesmas.

Resultados e discussões

Em relação à idade, dos 425 alunos que responderam, as maiores concentrações situam-se nas idades-limites para participação no Projovem: 18 anos (13,64%), 28 anos (10,11%) e 29 anos (9,41%); no entanto, a maioria dos alunos possui até 24 anos (53,38%). Quanto ao sexo, dos 427 estudantes que responderam, a expressiva maioria é do sexo feminino (61,8 %) e 38,2 % do sexo masculino. Este último dado é importante porque não apenas referenda aqueles relativos à escolarização formal, que mostram que, a partir de 1990, as mulheres passaram a ser maioria entre os que formam no ensino fundamental, médio e superior, como também parece indicar que, entre os que abandonaram o ensino formal, as mulheres demonstram mais interesse em retornar à escola do que os homens.

Quanto ao estado civil desses estudantes, observa-se que das 430 respostas tem-se 45,3% de solteiros, 30,5% de casados, 20,7% de uniões estáveis e 3,5% de separados. Somando-se o número de casados com o de uniões estáveis, tem-se que a maioria (51,2%), na prática, é casada.

Em relação a filhos, dos 433 alunos que responderam, 59,6% possuem filhos, variando entre 01 (39,06%) e 05 (0,78%) filhos, com maior concentração entre 01 e 02 filhos (72,26%). Quanto à idade em que tiveram o primeiro filho, ela situa-se na faixa de 11 a 30 anos, com maior concentração entre os 15 anos e 19 anos (71,3%). Destaca-se que 86,79% dos 258 estudantes que tem filhos, tiveram o primeiro filho entre os 14 e 21 anos, com a maior

⁴. O software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) surgiu em 1968, e é bastante utilizado mundialmente para se efetuar análises estatísticas. Os seus autores foram Noman H. Nie, C. Hadlai Hull e Dale H. Bent. Foi desenvolvido pelo Nacional Opinion Research Center, Universidade de Chigago, e em 1975 passou a pertencer à SPSS Inc.

concentração aos 17 anos (17,74%). Outra observação relevante é que a maioria (52,78%) dos estudantes pesquisados tiveram filhos com idade inferior a 18 anos.

Conforme pesquisa publicada pela UNESCO em 2004⁵, a partir de 1991, as mulheres de 20 a 24 anos ultrapassaram aquelas de 25 a 29 anos, que até então era o grupo que possuía o maior número médio de filhos dentre as mulheres em idade reprodutiva (entre 15 e 49 anos). Um outro dado importante é aquele que mostra que desde a década de 1990, a fecundidade vem declinando em todas as faixas etárias, com exceção das jovens de 15 a 19 anos, onde a fecundidade teve um crescimento de 25% entre 1991 e 2000.

É importante ressaltar que desde 1980, a importância relativa da fecundidade das jovens entre 15 e 19 anos vem aumentando significativamente em relação à taxa de fecundidade total; em 1980, ela era de 9%; passou a 14% em 1991 e para 20% no ano 2000. Este aumento relativo da fecundidade das jovens entre 15 e 19 anos é significativo porque ele pode estar alterando a configuração da estrutura familiar brasileira, uma vez que em 1991, 80% delas eram solteiras, e em 2000, este índice subiu para 94%.

Entre 1991 e 2000, o nascimento de filhos das jovens entre 15 e 19 anos passou a representar 20% do total; um dado importante a ser observado é que entre estas jovens, o aumento da taxa de fecundidade foi maior entre as mais novas, ou seja, entre as que tinham 15, 16 e 17 anos. Paralelamente, pode-se observar também que este aumento ocorreu mais expressivamente entre as jovens menos escolarizadas e mais pobres.

Retornando aos dados da pesquisa com os estudantes do Projovem, no que se refere à idade da primeira relação sexual, observa-se que a menor idade foi de 07 anos, com dois casos, e a maior idade foi de 36 anos (um caso), tendo ápice de 25,24% (104 casos) aos 15 anos; em termos de média, pode-se observar que aproximadamente 70% dos estudantes (69,89%) tiveram a sua primeira relação sexual com a idade média de 14,5 anos. Comparando-se este resultado com a pesquisa da UNESCO, verifica-se que ela é praticamente idêntica, pois os dados relativos às quatorze maiores capitais do país mostram que a idade média de iniciação sexual é 14,8 anos (14,1% entre os do sexo masculino e 15,5% entre as do sexo feminino).

⁵. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L.B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

Ao se fazer o cruzamento da idade em que tiveram o primeiro filho, com a idade da primeira relação sexual, tem-se que: a maioria teve o primeiro filho entre 14 e 21 anos (87,35%), e a idade média de iniciação sexual foi de 14,5 anos. Considerando-se os que se iniciaram sexualmente com 13 anos (59 estudantes), 69,49% (41 estudantes) deles tem filhos, e, dentre estes, 1 estudante (2,43%) teve filho aos 13 anos, 21,95% (9 estudantes) tiveram filhos com 14 anos, 19,51% (8 estudantes) com 15 anos, 21,95% (9 estudantes) com 16 anos, 17,07% (7 estudantes) com 17 anos, e 1 estudante (2,43%) teve filho com 18 anos, isto é, dos estudantes cuja iniciação sexual se deu aos 13 anos e que tem filhos, 85,34% tiveram o primeiro filho nos 5 anos seguintes ao da primeira relação sexual.

Entre os que se iniciaram sexualmente aos 14 anos, 67,12% tem filhos, e, dentre estes, 85,71% tiveram o primeiro filho também nos 5 anos seguintes ao da primeira relação sexual; entre os iniciados sexualmente aos 15 anos, 59,61% tem filhos, e dentre estes, 87,09% tiveram o primeiro filho nos 5 anos seguintes ao da primeira relação; dos que se iniciaram aos 16 anos, 55,76% tem filhos, e dentre estes, 89,65% também tiveram o primeiro filho nos 5 anos seguintes ao da primeira relação sexual. Já entre os que tiveram a primeira relação sexual com 17 anos, 66,66% deles tem filhos, e dentre estes, 93,75% tiveram o primeiro filho nos 5 anos seguintes à primeira relação sexual. Por fim, aqueles que se iniciaram sexualmente aos 18 anos, 48,14% tem filhos; dentre estes, 76,92% tiveram o primeiro filho nos 5 anos seguintes à idade da primeira relação sexual.

Pode-se concluir que: quanto menor a idade de iniciação sexual, maiores as chances de se ter filhos, uma vez que dentre os que tiveram a primeira relação sexual aos 13 anos, 69,49% tem filhos; já os que se iniciaram sexualmente aos 14 anos, a porcentagem dos que tem filhos cai para 67,12%; cai para 59,61% e para 55,76% o índice de estudantes que tem filhos e cuja iniciação sexual ocorreu, respectivamente, aos 15 anos e 16 anos; já os que tiveram a primeira relação aos 17 anos, o percentual dos que tem filhos sobe para 66,66%, e este índice cai para menos de 50% (48,14%) entre aqueles que se iniciaram sexualmente aos 18 anos de idade.

Outro dado relevante é aquele que mostra que há uma correlação significativa entre a idade de iniciação sexual e a idade em que se tem o primeiro filho: dentre os que

tiveram a primeira relação sexual entre os 14 anos e 18 anos de idade, mais de 50% deles tiveram o primeiro filho nos dois primeiros anos que se seguiram à idade de iniciação sexual: 51,02% dos que tiveram a primeira relação sexual aos 14 anos, já tinham pelo menos 1 filho aos 16 anos de idade; 53,22% dos que iniciaram a vida sexual aos 15 anos já tinham filho aos 17 anos; 65,51% dos que iniciaram a vida sexual aos 16 anos já tinham filho aos 18 anos de idade, 62,50% dos que iniciaram a vida sexual aos 17 anos já tinham filho aos 19 anos e 61,53% dos que iniciaram a vida sexual aos 18 anos já tinham filho aos 20 anos de idade. Por outro lado, este índice cai para 40% dentre aqueles que tiveram a primeira relação sexual aos 19 anos de idade.

Apesar dos estudantes serem jovens, verificou-se que a maioria afirmou não ter recebido informações sobre sexualidade durante a infância, por parte de seus pais; dos 430 estudantes que responderam essa questão, 28,4% responderam não se lembrar, 12,1% afirmaram ter recebido alguma informação do pai, 32,6% da mãe, 8,1% de outros familiares, 24,2% de amigos e/ou colegas e apenas 17% de professores.

De acordo com os PCN⁶ (2001, p. 172), *algum* tipo de educação sexual sempre é realizado no interior do núcleo familiar, ainda que os seus integrantes nunca conversem abertamente sobre este tema; é neste mesmo sentido que Gandra, Pires e Lima⁷ (2002, p. 21) afirmam que “os pais são os primeiros no ato de educar sexualmente seus filhos, apesar de não se darem conta desse papel”.

Indiretamente, o modo como os pais se relacionam afetivamente entre si, a maneira como eles se comportam com os filhos, desde a mais tenra infância, os modos de se vestir e se despir, a formação dos hábitos íntimos de higiene, os “cuidados” recomendados quanto à sexualidade, as reprimendas, as proibições, os gestos e expressões que os pais utilizam quando o assunto é sexo, tudo isso carrega determinados valores éticos e morais, que vão sendo internalizados pelos filhos.

⁶. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural/orientação sexual**. 3ª ed. Brasília, 2001.

⁷. GANDRA, F. R.; PIRES, C. V. G.; LIMA, R. C. V. **O dia-a-dia do professor**. Adolescência: afetividade, sexualidade e drogas. Belo Horizonte: Fapi, 2002. 5 v.

O problema é que se a sexualidade não é conversada abertamente entre pais e filhos, estes tendem a considerar que esta temática é, de fato, um tabu, um assunto acerca do qual não se pode conversar nem discutir, e, frequentemente, acabam por assimilar informações/e ou conteúdos desconexos ou mesmo inverídicos sobre sexualidade, o que, por sua vez, pode levar ao desenvolvimento de ansiedade patológica.

No entanto, o problema maior, que merece ser destacado, é que mais de 80% dos estudantes do Projovem afirmaram não ter recebido informações sobre sexualidade, na infância, dos seus professores; conforme os PCN (2001, p. 112), quando as crianças e jovens apresentam quaisquer manifestações de sexualidade no interior das escolas, “ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola. Essas práticas se fundamentam na idéia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família”.

A sexualidade “invade” o espaço escolar de múltiplas maneiras: nos muros, nas paredes, nas carteiras, nas lousas, nas portas dos banheiros, mas também por meio de atitudes e conversas entre os alunos, dentro e fora das salas de aulas, por meio dos profissionais que ali atuam (quando, por ex., uma professora engravida, é fácil notar a curiosidade dos alunos), do modo como são apresentados (ou omitidos) os diversos conteúdos da estrutura curricular, das normas e regras que ela impõe; a escola também, querendo ou não, está transmitindo valores e está efetuando uma educação sexual (ou “deseducação” sexual).

Mas, na prática, conforme se salientou, e apesar da educação sexual ser um tema constante nos Parâmetros Curriculares Nacionais desde a segunda metade dos anos 90, a maioria dos professores não se sente confortável para trabalhá-la em sala de aula; para Azevedo, Moreira e Conforto⁸ (2008), isto decorreria da ausência de preparação específica durante a formação inicial do professor; por sua vez, Anami e Figueiró⁹ (2009, p. 99) destacam que além de se sentirem despreparados, os professores podem ter receio ou mesmo medo de abordarem a sexualidade em sala de aula, dadas possíveis reações negativas por parte de familiares e/ou de setores da sociedade civil.

⁸. AZEVEDO, M. P. S. M. T.; MOREIRA, J. A. A.; CONFORTO, M. T. A. **Educação sexual ou orientação sexual?** 2001. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/se2/se2txt1.htm-27k>.

⁹. ANAMI, L.F.; FIGUEIRÓ, M.N.D. Interação família-escola na educação sexual: reflexões a partir de um incidente. In: FIGUEIRÓ, M.N.D. (Org.). **Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina, UEL, 2009.

No que se refere às perguntas feitas ao pai, à mãe ou a ambos sobre sexualidade, observa-se que, dos 426 estudantes que responderam 7,3% obtinham respostas do pai, 23,2% da mãe e de ambos, 7,7%. No entanto destaca-se que 44,6% não faziam perguntas nem para o pai nem para a mãe, 2,6% por ser proibido e 24,6% por vergonha.

Quanto ao uso de preservativos nas relações sexuais, dos 420 estudantes que responderam 44,5% responderam que sim, 15,2% afirmaram que na maioria das vezes usam preservativos, 16,4% disseram que usam algumas vezes e 23,6% responderam que não usam preservativos.

Dos 416 estudantes que responderam à pergunta sobre DST, 89,2% disseram que nunca tiveram nenhuma DST, 6,3% responderam que não sabem e apenas 4,6% afirmaram já ter tido alguma DST. Dos 426 estudantes que responderam sobre a realização de teste de HIV, 254 (59,6%) já fizeram o teste e 172 (40,4%) afirmaram não terem realizado o teste. Em relação ao resultado do teste de HIV, verifica-se que 289 estudantes (97,6%) responderam que o mesmo foi negativo; é curioso observar que o número de estudantes que afirmam que o resultado do teste de HIV deu negativo é superior ao número de estudantes que dizem já ter realizado o teste (289 contra 254). Por sua vez, dos 296 estudantes que responderam sobre o resultado do teste de HIV, 6 (2,0%) afirmaram que o resultado do teste foi positivo.

Segundo o Boletim Epidemiológico Aids e DST¹⁰, de 1980 a junho de 2009 foram registrados 544.846 casos de aids no país, dos quais 59% se encontravam na região Sudeste, e 19% na região Sul; desde o ano 2000, a taxa de incidência de aids está estabilizada, e a partir de 2003 ela mantém-se em queda na região Sudeste (na região Centro-Oeste, a queda ocorreu a partir de 2004); por outro lado, nas demais regiões do país, a taxa de incidência da aids continua aumentando.

Do total de casos registrados, 65,41% são do sexo masculino; em 1986 a razão de sexo (M:F) era de 15,1:1, e estabilizou-se em 1,5:1 a partir de 2002; quer dizer, se no início da epidemia, a proporção era de 15 homens para 1 mulher infectada, nos últimos anos esta proporção caiu para 1,5 homens para cada mulher.

¹⁰. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Aids e DST**, Ano VI, nº 1, 2010.

Segundo o Boletim Epidemiológico¹¹ C.R.T. – DST/AIDS. C.V.E, do estado de São Paulo, desde o início da epidemia, foram registrados 179.403 casos de aids no estado; o pico foi observado em 1998 (34,35 casos por 100 mil habitantes), e desde então começou a decair, chegando a 15,13 casos por 100 mil habitantes em 2007.

No Boletim Epidemiológico DST/AIDS de 2008, estimou-se que havia 75.414 pessoas “vivendo com aids” no estado; referente ao ano de 2009, o número estimado era de 70.197 pessoas. No entanto, conforme a Divisão de Logística do Programa Estadual DST/Aids-SP, há aproximadamente 72.300 pessoas recebendo medicações antirretrovirais no estado; considerando-se este último número, pode-se portanto estimar que 0,18% aproximadamente da população do estado de São Paulo estaria “vivendo com Aids” ao final do ano de 2009.

De acordo com dados referentes ao município de Presidente Prudente – SP¹², havia 392 casos notificados de HIV em junho de 2010; considerando-se que o município possui aproximadamente 207 mil habitantes, tem-se curiosamente a mesma proporção que se verifica no estado de São Paulo: 0,18% da população. Especificamente em relação aos alunos do Projovem Urbano de Presidente Prudente, verificou-se que 2% dos 296 alunos que responderam sobre o teste de HIV afirmaram que o resultado foi positivo; observe-se que este índice é dez vezes superior à proporção de casos notificados de HIV no município.

Ainda de acordo com o Boletim Epidemiológico de São Paulo¹³, entre 2007 e 2009, 56.083 novos casos de DST foram notificados no estado de São Paulo. Deste total, segundo o Grupo de Vigilância Epidemiológica 21, Presidente Prudente apresentou 265 casos, o que corresponde a 0,5 % do total.

É estranho, no entanto, observar que o GVE 11, de Araçatuba tenha apresentado, neste mesmo período, 1.127 novos casos (2,0% do total), que o GVE 13, de Assis, notificou 3.088 casos (5,5% do total), que o GVE 16, de Botucatu, apresentou 2.766 casos (4,9% do

¹¹. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Programa Estadual de DST/AIDS, Divisão de Vigilância Epidemiológica. **Boletim Epidemiológico**, ano XXVI, no. 1, dezembro de 2009.

¹². MACEDO, D.P. de S.; ORTIZ, M.A.S.; PESSOA, M.A.; ALÍPIO, S.G. Relatório HIV/AIDS – Dados Estatísticos (Grupo Gestor Municipal do Projeto Saúde e Prevenção na Escola) - mimeo.

¹³. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Programa Estadual de DST/AIDS, Divisão de Vigilância Epidemiológica. **Boletim Epidemiológico**, ano XXVI, no. 1, dezembro de 2009.

total), e que o GVE 22, de Presidente Venceslau apresentou 612 casos (1,1% do total), enquanto, por outro lado, o GVE 19, de Marília, tenha notificado apenas 73 casos em 2007, não apresentando nenhum caso nos anos de 2008 e 2009. Por sua vez, comparando-se a população de Presidente Prudente com a do estado de São Paulo (206 mil contra 41 milhões), tem-se que ela representa 0,5% do total do estado, a mesma proporção de notificações de DST. Isto parece indicar que os dados de DST em Presidente Prudente são mais verossímeis que aqueles acima mencionados de outros Grupos de Vigilância Epidemiológica.

Nos casos de abuso sexual, dos 416 estudantes que responderam, 9,85% (41 alunos) afirmaram já terem sido vítima de abuso sexual, enquanto 90,14% (375 alunos) disseram não ter sofrido abuso sexual. Em relação à idade em que sofreram o abuso, ela situa-se entre os 04 e 24 anos, sendo que a maioria dos casos (cinco casos) ocorreu na faixa dos 12 anos. Chama a atenção o fato de 10 estudantes relatarem ter sofrido abuso sexual com idade até 09 anos. Quanto ao autor do abuso, a grande maioria afirma ter sido um conhecido (44,4%) e somando-se as respostas de “um parente próximo” (22,2%) e “da própria família” (22,2%) se chega ao mesmo resultado. Quer dizer, 88,8% dos abusadores sexuais eram ou alguém da família, ou algum conhecido.

Quando feita a pergunta: “você conhece alguém que foi vítima de abuso sexual?”, pode-se observar que, dos 395 estudantes que responderam 40,5% afirmam conhecer alguma vítima e 59,5% não conhecem ninguém que foi vítima de abuso sexual. Dos 266 estudantes que responderam se o caso foi encaminhado, 32% afirmaram ter havido o encaminhamento e 68% disseram que não houve encaminhamento dos casos.

Segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2005, a população absoluta brasileira era de aproximadamente 185 milhões de habitantes; destes, cerca de 63 milhões são compostos de crianças de 0 a 11 anos (21% do total), e de adolescentes entre 12 e 18 anos (13% do total); em maio de 2006¹⁴, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) divulgou que, no Brasil, a cada oito minutos,

¹⁴. **Profissionais do SUS serão capacitados para perceber abuso sexual em jovens.** Notícia publicada em 18 de maio de 2006. Disponível em www.viadeacesso.com.br/v2/revista/Saude/?id=538. Acesso em 03 de agosto de 2010.

uma criança/e ou adolescente é vítima de abuso sexual, e que dos 60 mil casos registrados em 2005, em 80% deles a vítima era uma criança do sexo feminino, com idade entre 2 e 10 anos.

Pode-se concluir, portanto, que, em 2005, aproximadamente 0,1% das crianças e adolescentes no Brasil sofreram abusos sexuais registrados oficialmente; no entanto, a própria SEDH adverte que os casos notificados devem corresponder a apenas 2% dos casos realmente existentes; se esta estimativa for correta, então verificar-se-ia que, em 2005, o número total de casos de abuso sexual de crianças e adolescentes seria de aproximadamente 3 milhões, ou seja, 4,76% do total.

Em relação ao abuso sexual sofrido pelos estudantes do Projovem Urbano de Presidente Prudente – SP, foi surpreendente verificar que 9,85% (41 alunos do total de 416 que responderam) deles relataram ter sofrido algum tipo de abuso sexual, porque este índice é bastante alto (praticamente o dobro das estimativas da SEDH), e historicamente, as pessoas geralmente relutam bastante em admitir que foram vítimas de violência sexual, principalmente porque os abusadores, via de regra, são pessoas conhecidas.

Por sua vez, na medida em que aproximadamente 40% dos estudantes afirmaram conhecer alguém que já foi vítima de abuso, isto parece indicar que, apesar de 10% ser um índice alto, parece provável supor que ele seja ainda mais alto, ou seja, há indícios que apontam que mais de 10% dos estudantes do Projovem Urbano já teriam sofrido abuso sexual.

Quando o assunto é homossexualidade, das 418 respostas obtidas, 58,1% dizem ter algum amigo homossexual, 34,2% afirmam não ter e 7,7% dizem que não sabem; quanto à aceitação de uma amizade homossexual, nota-se que dos 413 estudantes que responderam, 83,3% aceitariam ter algum amigo homossexual e 16,7% não aceitariam. Ainda nesta perspectiva, 74,8% de 404 respostas afirmam não ter dificuldades em aceitar a homossexualidade, 13,6% dizem ter dificuldades em aceitar a homossexualidade e 11,6% afirmam que “às vezes” sentem dificuldades em aceitar a homossexualidade.

Estes dados podem ser considerados surpreendentes, porque a maioria (58,1%) declara ter algum amigo homossexual, e a imensa maioria (83,8%) afirmou que aceitaria ter alguma amizade homossexual, e praticamente 75% declararam não ter dificuldades em aceitar a homossexualidade. Tais resultados surpreendem porque a pesquisa realizada pela

UNESCO¹⁵ (2004, p. 281) apontou que mais de 25% dos alunos não gostariam sequer de ter homossexuais como colegas de classe, sendo que a proporção de alunos do sexo masculino é mais do que o dobro em relação às de sexo feminino.

Em pesquisa¹⁶ efetuada em 11 capitais brasileiras em 2010 sobre homofobia nas escolas, uma das pesquisadoras, Magda Chinaglia, afirma que as escolas brasileiras não tem discutido sexualidade em sala de aula, e que a maioria delas é hostil em relação aos homossexuais.

Se os estudantes do Projovem declaram que aceitam amizades homossexuais, por outro lado, aproximadamente metade dos pesquisados consideram a homossexualidade ou uma doença ou um “desvio” (49,2%). Das 248 mulheres que responderam como a consideram, a maioria (59,67%) acha “normal”, 8,87% consideram a homossexualidade “uma doença”, e 31,45% acreditam ser “um desvio”. Quanto aos homens, dos 146 que responderam, a minoria (36,98%) acha “normal”, 24,65%, “uma doença”, e 38,35%, “um desvio”, ou seja, 63% dos homens não consideram que a homossexualidade seja “normal”.

Estes dados parecem indicar que os alunos do sexo masculino tem maiores dificuldades para entenderem o que é a homossexualidade. Observe-se também que a consideração de que a homossexualidade seja uma doença ou um desvio contrasta com a suposta aceitação da mesma. Conclui-se, assim, que os estudantes homens sejam mais preconceituosos do que as mulheres em relação à homossexualidade.

Em relação a experiências homossexuais, 7,1% dos estudantes (de um total de 411) já tiveram alguma experiência homossexual e 92,9% responderam que não tiveram. No que diz respeito às suas orientações sexuais, do total de 346 estudantes que responderam, 95,7% deles se declaram heterossexual, 1,4% homossexual, 2,6% bissexual e 0,3% travestis.

¹⁵. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L.B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

¹⁶. Portal UOL – Últimas Notícias. **Escolas e colegas são hostis a alunos e alunas homossexuais, aponta pesquisa**. Notícia publicada em 04/10/2010. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/10/04/escolas-e-colegas-sao-hostis-a-alunos-e-alunas-homossexuais-aponta-pesquisa.jhtm>

Por fim, de 396 respostas dadas pelos estudantes, 84,8% deles dizem nunca ter presenciado ou praticado um ato de desrespeito contra uma pessoa homossexual ou travesti (contra 14,9% que afirmaram positivamente) e de 407 estudantes, 75,4% nunca presenciou um ato de violência física contra os mesmos (contra 24,6% que afirmaram o contrário).

Considerações finais

Viu-se que a maioria (quase 62%) dos estudantes do Projovem Urbano de Presidente Prudente é do sexo feminino; 59,6% do total de alunos tem filhos; dentre estes, 77,95% são do sexo feminino, ou seja, a maioria absoluta dos que tem filhos são estudantes do sexo feminino. Este resultado parece indicar que não apenas em Presidente Prudente, mas em todo o Brasil, o aumento da escolaridade feminina deve ser atribuído ao empenho delas, ou seja, as mulheres demonstram mais esforço e dedicação, e parecem estar mais conscientes do que os homens quanto à importância da escolarização para a obtenção de melhoria em suas condições de vida tanto profissionais quanto pessoais.

O grande aumento da taxa de fecundidade entre as jovens de 15 a 19 anos, na última década do século XX (era de 9% e passou a representar 20% do total), aliado ao fato de que o maior aumento no número de filhos situou-se entre as mais novas (15,16 e 17 anos), também pode ser observado entre as alunas do Projovem Urbano de Presidente Prudente, pois a maioria (52,78%) teve o primeiro filho até os 17 anos (com maior concentração justamente com 17 anos, com 17,44% do total).

Se os dados da pesquisa apontam que quase 62% dos alunos são do sexo feminino, que praticamente 60% dos alunos do Projovem tem filhos (dentre estes, aproximadamente 78% são do sexo feminino), que quase 70% tiveram a primeira relação sexual com a média de 14,5 anos, e que a maioria (em torno de 53%) teve o primeiro filho até os 17 anos de idade, então, pode-se concluir que quanto menor a idade de iniciação sexual, maiores as chances de se ter filhos; e que a idade do primeiro filho está correlacionada à idade de iniciação sexual: mais da metade dos alunos tiveram o primeiro filho até dois anos depois da primeira relação sexual.

Em relação à incidência de casos de AIDS no Brasil, observou-se que a região sudeste concentra 59% do total de 544.846 casos registrados desde 1980; isto significa que, proporcionalmente, há um número maior de casos de aids no sudeste do que em outras regiões, uma vez que a população do sudeste representa 42,26% do total de habitantes do país.

Com base no número de pacientes que tomam medicamentos antirretrovirais no estado de São Paulo (aproximadamente 72.300 pessoas), chegou-se à conclusão de que 0,18% da população paulista estaria “vivendo com aids” em 2009. Curiosamente, tem-se em Presidente Prudente – SP a mesma proporção que se verifica no estado: 0,18% da população prudentina apresentava notificação de HIV em junho de 2010 (392 casos).

Já em relação aos estudantes do Projovem Urbano de Presidente Prudente, verificou-se que 2% deles admitiram ter recebido resultado positivo em teste de HIV; este resultado é surpreendente em comparação com os índices municipal e estadual: ele é dez vezes maior!

Quanto aos casos de DST notificados no estado de São Paulo entre 2007 e 2009 (56.083 novos casos), pode-se observar que, segundo o GVE 21, Presidente Prudente apresentou 0,5% deste total; novamente é curioso perceber que este índice coincide com a proporção de prudentinos em relação ao total da população do estado de São Paulo.

Em relação aos alunos do Projovem Urbano de Presidente Prudente, 4,6% afirmaram já ter tido alguma DST, enquanto que 6,3% deles responderam não saber; no entanto, não há dados suficientes para se estabelecer comparações com os índices do município e do estado de São Paulo.

Outro dado surpreendente (e preocupante) foi aquele que apontou que 9,85% dos alunos do Projovem Urbano responderam que já sofreram algum tipo de abuso sexual; este resultado é praticamente o dobro daquele estimado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH): 4,76% do total de crianças e adolescentes brasileiros. É também excessivamente alto o índice de 40% de estudantes que declararam conhecer alguém que já sofreu abuso sexual.

Em relação à homossexualidade, os dados relativos aos estudantes do Projovem Urbano são surpreendentes, porque a maioria (58,1%) declara ter algum amigo homossexual, e

a imensa maioria (83,8%) afirmou que aceitaria ter alguma amizade homossexual, e praticamente 75% declararam não ter dificuldades em aceitar a homossexualidade. Tais resultados contrastam com a pesquisa realizada pela UNESCO¹⁷ (2004, p. 281), que apontou que mais de 25% dos alunos não gostariam sequer de ter homossexuais como colegas de classe, sendo que a proporção de alunos do sexo masculino é mais do que o dobro em relação às de sexo feminino. Em outra pesquisa¹⁸ efetuada em 11 capitais brasileiras em 2010 sobre homofobia nas escolas, Magda Chinaglia, afirma que a maioria dos alunos demonstra hostilidade em relação aos homossexuais.

Se os estudantes do Projovem declaram que aceitam amizades homossexuais, por outro lado, aproximadamente metade dos pesquisados consideram a homossexualidade ou uma doença ou um “desvio” (49,2%). Tal entendimento contrasta com a suposta aceitação da homossexualidade; por sua vez, os dados da pesquisa mostraram que os estudantes homens eram mais preconceituosos do que as mulheres em relação à homossexualidade.

Após observar todos esses dados, pode-se concluir que ainda há muito a ser feito nas escolas em relação à sexualidade, principalmente na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, pois viu-se que aproximadamente 80% dos estudantes afirmaram não ter recebido informações sobre sexualidade, ao longo da infância, dos professores. Isto poderia ter feito diferença no período em que os alunos pesquisados iniciaram a adolescência, por ex., em termos de gravidez não-planejada. Por outro lado, é importante questionar também se os profissionais que atuam na educação de crianças e pré-adolescentes estão preparados para debater sexualidade em sala de aula. Em relação aos alunos do Projovem Urbano, estes dados são importantes para se poder planejar ações diversas no sentido de se prevenir gravidez não-planejada, ocorrência de DST/Aids, e evitar discriminação em relação à diversidade sexual (principalmente no esclarecimento e combate à homofobia na escola).

¹⁷. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L.B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

¹⁸. Portal UOL – Últimas Notícias. **Escolas e colegas são hostis a alunos e alunas homossexuais, aponta pesquisa**. Notícia publicada em 04/10/2010. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/10/04/escolas-e-colegas-sao-hostis-a-alunos-e-alunas-homossexuais-aponta-pesquisa.jhtm>

Referências Bibliográficas

1. ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L.B. da. Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.
2. ANAMI, L.F.; FIGUEIRÓ, M.N.D. Interação família-escola na educação sexual: reflexões a partir de um incidente. In: FIGUEIRÓ, M.N.D. (Org.). **Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina, UEL, 2009.
3. AZEVEDO, M. P. S. M. T.; MOREIRA, J. A. A.; CONFORTO, M. T. A. **Educação sexual ou orientação sexual?** 2001. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/se2/se2txt1.htm-27k>.
4. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia; Instituto Sangari; Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA). **Relatório de desenvolvimento juvenil – 2007**.
5. GANDRA, F. R.; PIRES, C. V. G.; LIMA, R. C. V. **O dia-a-dia do professor**. Adolescência: afetividade, sexualidade e drogas. Belo Horizonte: Fapi, 2002. 5 v.
6. MACEDO, D.P. de S.; ORTIZ, M.A.S.; PESSOA, M.A.; ALÍPIO, S.G. Relatório HIV/AIDS – Dados Estatísticos (Grupo Gestor Municipal do Projeto Saúde e Prevenção na Escola) - mimeo.
7. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural/orientação sexual**. 3ª ed. Brasília, 2001.
8. Portal UOL – Últimas Notícias. **Escolas e colegas são hostis a alunos e alunas homossexuais, aponta pesquisa**. Notícia publicada em 04/10/2010. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/10/04/escolas-e-colegas-sao-hostis-a-alunos-e-alunas-homossexuais-aponta-pesquisa.jhtm>
9. **Profissionais do SUS serão capacitados para perceber abuso sexual em jovens**. Notícia publicada em 18 de maio de 2006. Disponível em www.viadeacesso.com.br/v2/revista/Saude/?id=538. Acesso em 03 de agosto de 2010.
10. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Programa Estadual de DST/AIDS, Divisão de Vigilância Epidemiológica. **Boletim Epidemiológico**, ano XXVI, no. 1, dezembro de 2009.